

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR MPF/PRPE n.º 05/2025**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá da melhor forma a **necessidade de limpar a pele de vidro (face externa) do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco, bem como limpar as placas de ACM na entrada principal de visitantes e aplicar silicone em algumas de suas janelas.**

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade, realizando o levantamento dos principais requisitos, sejam técnicos, legais ou de sustentabilidade, das condições do mercado, do quantitativo, das especificações do objeto e das especificidades contratuais, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### **I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1** - A limpeza periódica das fachadas de vidro e placas de ACM é fundamental para preservar sua aparência e funcionalidade. Além de garantir um visual agradável e profissional ao edifício, a limpeza regular também contribui para melhorar a iluminação natural no interior do prédio, proporcionando um ambiente mais acolhedor e produtivo. Uma limpeza regular dos vidros e placas de ACM contribui ainda para a durabilidade e longevidade dos materiais.
- 1.2** - Já a aplicação de silicone nas janelas é importante para proteger o edifício contra infiltrações e umidade, evitar o desgaste físico da edificação, prevenir a formação de manchas e bolor, proteger contra raios solares e variações climáticas, entre outros.
- 1.3** - A contratação dos serviços visa atender demanda do Núcleo de Manutenção e Serviços Gerais e se faz necessária pois, devido à exposição às intempéries, a fachada envidraçada do edifício-sede da PRPE está demasiadamente suja. Além disso, a última limpeza da fachada do edifício-sede da PRPE foi feita há mais de 10 anos, e algumas de suas janelas vem apresentando infiltração.
- 1.4** - Trata-se de serviços de limpeza de vidros e esquadrias externas, placas de ACM e aplicação de silicone em algumas janelas, de altura superior a dois metros, com exposição à situação de risco, requerendo, portanto, o uso de equipamentos específicos para trabalho em altura, tais como balancins e/ou rapel, pessoal qualificado, uso de Equipamento de Proteção Individual e uso de produtos apropriados incluindo impermeabilizantes.
- 1.5** - Considerando a inexistência, no seu quadro efetivo de pessoal, de servidores legalmente qualificados e habilitados à execução de tais serviços, resta justificada a proposição para a contratação dos serviços em tela via outorga à pessoa jurídica que detenha a habilitação técnica necessária e suficiente nesse campo de atuação.

### **II – PREVISÃO NO PLANEJAMENTO ANUAL E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

**2.1** - A referida contratação encontra-se no Plano de Contratações Anual da PRPE para o exercício de 2025, conforme documento **PRPE-D00030/24**.

**2.2** - Ademais, a contratação está inserida no Planejamento Estratégico Institucional – PEI/MPF - para os anos de 2024-2027, principalmente no que tange aos seguintes Objetivos Estratégicos (conforme Portaria PGR/MPF nº 843/2024):

*"II - processos internos:*

*b) OE 4 - garantir processos eficientes com regras negociais disseminadas;*

*III - pessoas e recursos:*

*a) OE 6 - consolidar a gestão por competências;*

*b) OE 7 - incentivar ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável."*

### **III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### 3.1 - Requisitos Funcionais:

**3.1.1** - Os serviços devem ser prestados por empresa especializada em serviços com altura, atendendo aos parâmetros de segurança e conforto relacionado à operação dos equipamentos de transporte vertical.

**3.1.2** - Para a limpeza da fachada do prédio da PRPE será necessário utilizar **equipamento apropriado** para a execução do serviço, tais como balancim ancorado, rapel ou equivalente, a partir da cobertura da edificação e/ou plataforma elevatória.

**3.1.3** - A prestadora dos serviços deve fornecer mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários para a execução dos serviços.

**3.1.4** - A empresa CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste documento, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**3.1.5** - Os serviços devem ser executados dentro das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

### 3.2 - Requisitos Legais

A presente contratação será regida pela Lei 14.133/2021.

A contratada deve atentar para os seguintes normativos:

- **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- **Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023:** Regulamenta o procedimento administrativo para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Ministério Público da União;
- **IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022:** Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- **Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015:** Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- **Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019:** Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;
- **Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017:** Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- **Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010:** Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- **Lei nº 12.305/2010:** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- **Decreto Federal nº 10.936/2022:** regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- **Lei complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006:** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- **Resolução CONFEA nº 1.137, de 31 de março de 2023:** Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, o Acervo Técnico-Profissional e o Acervo Operacional, e dá outras providências;
- **Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019:** Dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia e dá outras providências;
- **Norma Regulamentadora nº 6:** regulamenta a execução do trabalho com uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), sem estar condicionada a setores ou atividades econômicas específicas;
- **Norma Regulamentadora nº 18:** estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que visam à implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção;

- **Norma Regulamentadora nº 35:** Dispõe sobre padrões de segurança para o trabalho em altura, ela garante que nenhum trabalho coloque em risco a vida e a integridade dos funcionários.

### 3.3 - Requisitos da natureza continuada do serviço/fornecimento

Não se aplica.

### 3.4 - Requisitos Temporais

**3.4.1** - Os serviços devem ser iniciados em até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho.

**3.4.2** - O prazo de execução do serviço não poderá ser superior a **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da Ordem de Serviço.

**3.4.3** - O prazo estipulado poderá ser dilatado em virtude de algum imprevisto ou no caso de força maior, a serem avaliados pela FISCALIZAÇÃO.

**3.4.4** - O dia e horário de realização dos serviços deverão ser previamente agendados com o Núcleo de Manutenção e Serviços Gerais/PRPE, podendo ser realizados de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

**3.4.5** - O prazo de vigência da contratação encerra após o cumprimento de todas as obrigações previstas no Termo de Referência.

### 3.5 - Requisitos de Segurança

**3.5.1** - A Contratada deverá comunicar à PRPE, nas pessoas do(s) fiscal(is) do contrato, os horários de execução dos serviços, mediante informação dos dados da empresa, de seu responsável, e dos demais funcionários, que deverão estar munidos de todo equipamento individual de segurança necessário.

**3.5.2** - As proteções, sinalizações e fechamentos necessários à execução dos serviços ficarão a cargo da CONTRATADA, sendo responsável por qualquer prejuízo ou dano causado a pessoas ou ao patrimônio de terceiros, devendo os procedimentos e materiais - placas de sinalização e/ou cavaletes de proteção - estarem de acordo com a ABNT 16083/2012.

**3.5.3** - Os funcionários das empresas contratadas deverão adequar-se às regras de segurança da circulação e identificação da PRPE, bem como à legislação pertinente.

**3.5.4** - A empresa contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços.

**3.5.5** - Em relação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a CONTRATADA e a CONTRATANTE devem zelar pela proteção dos Dados Pessoais, comprometendo-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural; observando o dever de sigilo, quanto às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio; cumprindo obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.

### 3.6 - Requisitos Técnicos

Os requisitos técnicos farão parte da descrição da solução como um todo.

### 3.7 - Requisitos de Garantia do Contrato

Não se aplica.

### 3.8 - Requisitos de Garantia do Serviço

**3.8.1** - Garantia legal estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

*"Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:*

*I - trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis;*

*II - noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.*

*§ 1º Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.*

*(...)*

*§ 3º Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito."*

**3.8.2** - A empresa vencedora deverá se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1999).

### **3.9 - Requisitos de qualificação técnica**

A limpeza de fachada predial envolve trabalhar em altura, o que requer treinamento específico, uso de equipamentos de segurança e cumprimento de normas regulamentadoras, como a NR-35, que trata de trabalhos em altura. Espera-se, portanto, que a empresa contratada deva comprovar que tem alguma experiência e pessoal qualificado para esse tipo de serviço.

**3.9.1 - Capacidade Técnico-Operacional** - A empresa participante deverá apresentar um ou mais atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre a anterior execução de serviços que reúnam características e quantidade similares ao objeto deste Estudo.

**3.9.1.1** - A PRPE poderá confirmar a autenticidade dos atestados de capacidade técnica por meio de diligência às instituições fornecedoras dos atestados.

**3.9.2** - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

### **3.10 - Requisitos de qualificação econômica**

Não se aplica.

### **3.11 - Requisitos Sustentabilidade Econômica, Social e Ambiental (no que couber)**

#### **3.11.1 - PERSPECTIVA AMBIENTAL**

**3.11.1.1** - A CONTRATADA deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, a fim de adotar as práticas sustentáveis no fornecimento dos bens e serviços.

**3.11.1.2** - Além de observar o art. 6º da IN nº 01/2010, atendendo, no que couber, aos requisitos descritos no referido artigo, sugere-se inserir no termo de referência os seguintes requisitos de sustentabilidade ambiental, de acordo com o Guia de Contratações Sustentáveis do MPF, além de manuais mais atualizados de outros órgãos, adotados como boas práticas:

**3.11.1.2.1** - Utilizar produtos de limpeza menos ofensivos.

**3.11.1.2.2** - Realizar a coleta de resíduos provenientes da instalação/desinstalação do adesivo objeto da contratação.

**3.11.1.2.3** - Efetuar o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão.

**3.11.1.2.4** - Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.

**3.11.1.3** - Peças ou acessórios substituídos, embalagens, baterias e demais materiais deverão ser tratados de forma ambientalmente adequada, respeitada a legislação ambiental,

em conformidade com a legislação (Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos) e os preceitos de preservação ambiental.

**3.11.1.4** - Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

### **3.11.2 - PERSPECTIVA ECONÔMICA**

Em razão do valor máximo previsto para esta contratação, e do regramento contido no art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/2006, a respeito dos processos licitatórios destinados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte para contratações de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ao ano, o item será exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte.

### **3.11.3 - PERSPECTIVA SOCIAL**

**3.11.3.1** - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis do MPF. O fornecedor deverá declarar:

- a)** Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a CF/1988 em seu artigo 3º, inciso IV e no inciso I do artigo 5º, e nos artigos 38 e 39 da Lei 12.288/2010;
- b)** Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CF/1988;
- c)** Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170º da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), e no Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nºs 29 e 105.

**3.11.4** – Além das demais obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e no presente Estudo Técnico, deverá a contratada atender aos seguintes aspectos pertinentes à sustentabilidade:

- a)** Fornecer aos empregados todos os equipamentos de segurança e proteção que se fizerem necessários para a execução de serviços, fiscalizando sua utilização;
- b)** Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;
- c)** Proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, e a política de descarte da contratante;
- d)** Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e de energia elétrica, observadas as normas vigentes e a política socioambiental do MPF;
- e)** Observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição e descartes de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;

f) Privilegiar a utilização de mão de obra, tecnologias, matéria prima e materiais de origem local.

### 3.12 - Outros requisitos aplicáveis

**3.12.1** – As empresas interessadas em participar **PODERÃO** vistoriar o local onde será executado o serviço até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e nível de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário junto ao Núcleo de Manutenção e Serviços Gerais, por meio do Telefone (81) 2125-8958 / 2125-7388 ou e-mail: [PRPE-NULM-L@mpf.mp.br](mailto:PRPE-NULM-L@mpf.mp.br).

**3.12.1.1** – O licitante deve comprometer-se a manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em decorrência da visita.

**3.12.1.2** – Independente da opção pela realização ou não da vistoria, o licitante deverá apresentar declaração formal, assinada pelo responsável técnico da empresa, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros, conforme modelo de declaração de conhecimento das condições do local constante no Edital de Licitação ou Aviso de Dispensa.

**3.12.1.3** – A empresa que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta incorrerá em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.

**3.12.2** – A CONTRATADA deverá manter preposto junto à CONTRATANTE, aceito pela respectiva fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente na execução do contrato, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante comunicação formal.

**3.12.3** - Caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, na assinatura do contrato, declaração nos moldes do artigo 6º da IN RFB nº 1.234, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

**3.12.4** - NÃO SERÁ admitida a **SUBCONTRATAÇÃO** do objeto contratual.

**3.12.5** - NÃO SERÁ admitida a participação de empresas em regime de **consórcio**, pois a realidade do mercado demonstra que existem várias empresas especializadas na realização deste objeto, não precisando de outras empresas para auxílio técnico ou operacional.

## IV – ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

**4.1** - Considerando a solução definida, bem como levantamento da pesquisa realizada para atendimento da necessidade, a quantidade definida é de 01 (um) serviço que engloba a limpeza da pele de vidro do edifício-sede da PRPE, placas de ACM e aplicação de silicone em algumas de suas janelas.

## V – LEVANTAMENTO DE MERCADO

**5.1** - Foram pesquisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias que melhor atendam à necessidade descrita neste estudo. Foram analisados Estudos Técnicos Preliminares e Editais com o mesmo objeto, em algumas procuradorias do MPF, com o intuito de verificar tanto as soluções contratuais quanto as metodológicas que poderão embasar a futura contratação.

**5.1.1 – ALTERNATIVA 1: Adesão a Atas de Registro de Preços:** Utilização de atas de registro de preços já existentes, firmadas por outros órgãos públicos que realizaram processos licitatórios para limpeza de fachadas (face externa da pele de vidro).

VANTAGENS:

- Economia de tempo e recursos;
- Redução da burocracia e dos riscos;



- Preços competitivos e flexibilidade do serviço;
- DESVANTAGENS:
- Não foi encontrada nenhuma ARP de acordo com a necessidade da PR/PE;
  - Submissão aos termos estabelecidos por outros órgãos.

**5.1.2 - ALTERNATIVA 2: contratação de empresa especializada para o serviço de limpeza da pele de vidro, placas de ACM e aplicação de silicone:** Essa é a alternativa que atende à nossa necessidade, uma vez que as empresas especializadas na limpeza de fachadas envidraçadas dominam técnicas específicas e equipamentos adequados para evitar acidentes. Elas possuem profissionais treinados e certificados para atuar com segurança, reduzindo riscos de quedas e outros incidentes.

## 5.2 - Descrição e Justificativa da Solução escolhida:

**5.2.1 – Descrição:** A solução escolhida foi a descrita no subitem **5.1.2**, qual seja, **contratação de empresa especializada para o serviço de limpeza da pele de vidro, placas de ACM e aplicação de silicone em algumas janelas do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco, com fornecimento de peças, equipamentos e/ou materiais necessários**, sem dedicação exclusiva.

**5.2.2 - Justificativa:** Essa solução é altamente justificável, pois a empresa especializada dispõe de uma equipa de limpeza profissional com experiência comprovada em trabalhos em altura e domínio de técnicas específicas para assegurar os melhores resultados. Além disso, utiliza produtos especializados para remover até as manchas mais difíceis, garantindo que a superfície fique limpa sem riscos ou marcas. O uso de ferramentas e equipamentos específicos também garante que o serviço seja executado de forma legal e segura.

## VI – ESTIMATIVA DO PREÇO

**6.1** - Foi realizada uma cotação de mercado, a fim não somente de aferir os preços praticados, mas também de verificar a existência de interessados do mercado a participar de um eventual certame.

**6.2** - Para formação do preço de referência foi escolhido o critério da **MEDIANA** obtido na pesquisa de preços, por meio de pesquisa de mercado junto às empresas que já prestaram esse tipo de serviço com outros Entes do MPU e empresas que apareceram nos sites de busca da internet que prestam serviços desta natureza, no intuito de obter a realidade do mercado, conforme critérios de pesquisa de preços da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023, elencados no relatório de pesquisa de preços anexo aos autos.

**6.3** - Não foram considerados preços em contratações feitas pela Administração Pública em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, pois as licitações realizadas nesse período possuíam descrições (especificações técnicas, requisitos de habilitação e características arquitetônicas etc.) discrepantes da necessidade da PRPE.

**6.4** - Os serviços pesquisados estão de acordo com as especificações e requisitos da contratação.

**6.5** - O valor estimado **TOTAL** para a contratação dos serviços propostos é de **R\$ 74.791,87 (setenta e quatro mil, setecentos e noventa e um reais e oitenta e sete centavos)**.

ITEM	CÓD. GRUPO	CÓD. SERV.	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR ESTIMADO TOTAL
1	852	24120	Limpeza de <b>994,60 m<sup>2</sup></b> de pele de vidro (somente face externa), <b>18,84 m<sup>2</sup></b> de placas de ACM e aplicação em <b>100 m</b> de silicone em algumas janelas do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco, com fornecimento de todos os equipamentos	1	R\$ 74.791,87

		e materiais necessários.		
<b>VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS:</b>				R\$ 74.791,87

## VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**7.1** - Contratação de empresa especializada para os serviços de limpeza de **994,60 m²** de pele de vidro (somente face externa), **18,84 m²** de placas de ACM e aplicação em **100 m** de silicone em algumas janelas do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco, com fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários.

**7.2** – Os serviços objeto da contratação compreendem limpeza e aplicação de silicone no edifício-sede da PRPE nas áreas indicadas no quadro a seguir e no **ANEXO I – Fotos das áreas de pele de vidro e placas de ACM**.

NOME DA ÁREA	DESCRIÇÃO	m²
1	Prédio Principal (vista lateral)	551,60
2	Biblioteca	35,00
4	Lateral da biblioteca	27,12
6	Prédio principal (vista de frente)	99,12
7	Biblioteca e Administração	49,00
10	Duas faixas verticais de janela (entre o poço de elevador)	26,70
11	Faixa vertical de janela	17,07
17	Janelas mezanino	21,7
18	Janelas baixas	10,7
19	Janelas altas	2,25
20	Janelas altas (perto da mangueira)	2,25
22	Duas faixas verticais de janela	30,42
23	Janelas do odontológico e Plan-Assiste (perto da mangueira)	17,51
26	Janelas nos 03 andares (corredor esquerdo)	47,28
27	Janelas nos 03 andares (corredor direito)	56,88
<b>Total da pele de vidro (m²):</b>		<b>994,60</b>
50	<b>Total da área das placas de ACM na entrada principal (m²):</b> <i>Obs: As placas se encontram a uma altura do solo de 6,49m</i>	<b>18,84</b>
<b>Aplicação de silicone em janelas (m):</b> <i>Obs.: antes da execução dos serviços o setor demandante deverá fazer a indicação das janelas.</i>		<b>100</b>

### 7.3 - Local de execução do serviço:

ENDEREÇO
<b>Procuradoria da República em Pernambuco</b> Av. governador Agamenon Magalhães, n.º 1800 – Espinheiro – Recife/PE – CEP: 52021-170 Responsável: Flávio Koji Hiramine Telefone: (81) 2125-8958 E-mail: <a href="mailto:flaviokoji@mpf.mp.br">flaviokoji@mpf.mp.br</a>

### 7.4 – Especificações do serviço:

**7.4.1** – A CONTRATADA deverá limpar 994,60 m² de pele de vidro e 18,84 m² de placas ACM, utilizando materiais específicos e adequados para a limpeza tais como “vidrex” e/ou sabão neutro e água, removedores de mancha etc. Essa é uma lista exemplificativa, pois a empresa indicará o produto a ser utilizado para os tipos de sujidade ou mancha que forem encontradas.

**7.4.1.1** - Os materiais utilizados não podem riscar ou danificar os vidros, cabendo à empresa CONTRATADA arcar com os custos decorrentes de eventuais avarias geradas pela aplicação de produtos inadequados.

**7.4.1.2** – A CONTRATADA só poderá iniciar os serviços de limpeza após aprovação dos produtos de limpeza pelo setor demandante.



**7.4.2** - A CONTRATADA deverá aplicar 100,00 metros de silicone no topo de algumas janelas, com uso de 25 bisnagas de silicone de 280g cada. O silicone de referência é o "Silicone Neutro Transparente, Tek Bond, 280 gramas", ou equivalente.

**7.4.2.1** - A CONTRATADA só poderá iniciar os serviços de aplicação do silicone após aprovação de marca pelo setor demandante.

**7.4.2.2** - A empresa fixará temporariamente fita crepe adesiva, antes da aplicação do silicone, para delimitar a área de aplicação e evitar que entre em contato com os vidros.

**7.4.2.3** - O profissional que irá aplicar o silicone deve possuir habilidade para este serviço, com experiência em manusear as ferramentas, aguardar o tempo de cura, fazer o acabamento, e dosar a quantidade sem realizar desperdícios.

**7.4.3** - Os serviços serão realizados de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00, **exceto** na limpeza das placas de ACM e pele de vidro da fachada principal (**área 6**), que deve ser executado apenas no horário das 08h00 às 12h00, devido ao fluxo de pessoas.

**7.4.4** - A CONTRATADA deverá utilizar equipamento apropriado para a execução do serviço, tais como balancim ancorado, rapel ou equivalente a partir da cobertura da edificação e/ou plataforma elevatória.

**7.4.5** - Os serviços devem ser prestados por empresa especializada, atendendo aos parâmetros de segurança e conforto relacionado à operação dos equipamentos de transporte vertical.

**7.4.6** - A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste documento, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**7.4.7** - Os serviços devem ser executados dentro das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

**7.4.8** - A mobilização e desmobilização de equipe e materiais para a realização do objeto contratado será de responsabilidade da CONTRATADA, assim como o fornecimento de equipamentos, ferramentas, materiais, mão de obra, transporte e tudo que for necessário para a execução do serviço contratado.

**7.4.9** - A Contratada deverá proceder ao fornecimento e instalação de todo equipamento necessário e adequado à execução dos serviços de limpeza dos vidros, observadas as instalações e condições do prédio, incluindo todos os acessórios e equipamentos de proteção individual (EPI) e coletivo (EPC) em conformidade com as Normas de Segurança.

**7.4.10** - Todos os custos com aquisição ou locação de equipamentos, materiais e locomoção necessários para a realização do serviço, bem como a devolução dos equipamentos são de responsabilidade da CONTRATADA.

**7.4.11** - Os serviços deverão obedecer rigorosamente às normas NR-6, NR-18, e a empresa CONTRATADA deverá instruir seus funcionários quanto aos perigos inerentes ao trabalho em altura, principalmente quanto ao cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, diligenciando para que seus empregados trabalhem com o EPI adequado.

**7.4.12** - A CONTRATANTE fornecerá apenas os pontos de ancoragem na cobertura do edifício, os quais estarão revalidados por empresa habilitada e responsável técnico com registro de ART. Os demais elementos de segurança, tais como linhas de vida, cordas, cabos, etc., serão de fornecimento exclusivo da contratada, que tem a opção de vistoriar o imóvel para avaliar as condições existentes.

**7.4.13** - Caso a empresa CONTRATADA identifique a necessidade de outras medidas de proteção e de segurança que não estejam previstas nesse documento, a empresa é a responsável por mencionar e indicar tais medidas protetivas, não havendo nenhuma responsabilidade da CONTRATANTE por eventuais omissões de critérios e especificações de medidas de segurança.

**7.4.14** - À CONTRATADA caberá a responsabilidade das execuções dos serviços objeto da contratação, bem como a utilização de equipamentos essenciais para realização dos serviços, inclusive os que garantam a segurança de seu pessoal (EPIs) e **Sistemas de Proteção Contra Quedas - SPQ**, e o fornecimento de todo o material e equipamentos necessários.

**7.4.15** - A CONTRATADA ficará responsável pelo projeto de montagem e desmontagem dos equipamentos necessários à execução dos serviços (como balanças/andaimes suspensos, cadeirinhas, aluguéis de máquinas diversas), bem como pelos registros e licenças necessárias do Ministério do Trabalho, com o responsável técnico pela instalação, para o período de execução total do serviço. A prorrogação do prazo em função de atraso por culpa da CONTRATADA, mesmo que autorizada pelo FISCALIZAÇÃO, não ensejará em pagamento extra de mais períodos de equipamentos, salvo se por motivos de força maior.

**7.4.16** - Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho durante a execução dos serviços contratados.

## **7.5 – Documentos que deverão ser apresentados antes da execução dos serviços pela empresa CONTRADA**

**7.5.1** – Considerando que a PRPE não possui em seu quadro de servidores profissional habilitado e capacitado em procedimentos de segurança em trabalhos de altura acima de 2,00m, será de inteira responsabilidade da empresa contratada e do seu Supervisor de Segurança do Trabalho fazer a **ANÁLISE DE RISCO** prévia, antes do início dos trabalhos em altura.

### **7.5.2 – Caberá ao Supervisor de Segurança do Trabalho (profissional vinculado à contratada):**

**7.5.2.1** - Analisar o projeto e o laudo dos pontos de ancoragem existentes na cobertura do prédio, a fim de se certificar das condições e dos limites de uso de cada ponto;

**7.5.2.2** - Analisar a qualidade, confiabilidade e integridade de todos os equipamentos de segurança que serão utilizados pelos alpinistas e /ou balancins, tais como cabos, cordas, linhas de vida, cinto de segurança, talabartes, etc.;

**7.5.2.3** - Realizar a Análise de Risco (AR), fazendo avaliações prévias das condições no local de trabalho, das necessidades de Equipamentos de Proteção Coletiva, da sinalização de isolamento de áreas, adotar medidas de proteção contra quedas de materiais e equipamentos, e, só depois de adotadas as medidas de proteção individual e coletiva, autorizar o início do trabalho de alpinismo. A análise de risco deve ser registrada por meio de documento, cuja cópia deverá ser entregue para a Contratante;

**7.5.2.4** - Fiscalizar e acompanhar o devido cumprimento dos procedimentos de segurança pelos profissionais de alpinismo, e interromper os trabalhos em caso de descumprimento;

**7.5.2.5** - Assegurar a suspensão dos trabalhos em altura quando verificar situação ou condição de risco não prevista, cuja eliminação ou neutralização imediata não seja possível.

**7.5.3** - A responsabilidade técnica da Supervisão e Fiscalização de Segurança do Trabalho ficará a cargo da CONTRATADA, que deverá providenciar o **documento de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA/PE** do engenheiro ou técnico de segurança trabalho.

**7.5.4** - A CONTRATADA, após assinatura do contrato ou documento equivalente, deverá providenciar, **em até 10 (dez) dias úteis**, o documento definitivo de Responsabilidade Técnica (ART), **e somente após a sua entrega será autorizado o início da execução do objeto**, conforme art. 27, § 1º da Resolução do CONFEA 1.137 /2023 e inciso I do art. 2º da Resolução do CAU 184/2019.

**7.5.4.1** - Quando da substituição de responsável técnico, deverá ser providenciada novo documento (ART), apresentando-o à FISCALIZAÇÃO.

### **7.5.5 - A CONTRATADA deverá apresentar, antes do início da execução dos serviços, os seguintes documentos:**

**7.5.5.1** - Análise de Risco - AR, conforme previsão na NR 35.

**7.5.5.2** - O registro ou inscrição, pertinente e atualizado, do(s) responsável(is) técnico(s) – técnico ou engenheiro do trabalho - junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT).

**7.5.5.3** - Documento que comprove possuir, em seu quadro de pessoal, trabalhadores capacitados para a atividade em altura, com a devida habilitação (**subitem 7.5.5.3.2**), conforme exigido em Norma.

**7.5.5.3.1** - A comprovação do vínculo dos profissionais com o licitante dar-se-á mediante: **(A)** apresentação da CTPS do profissional, ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido, no caso de o profissional ser funcionário da empresa participante; ou **(B)** apresentação do contrato social e/ou ata de eleição da diretoria, no caso de o profissional pertencer ao quadro societário da empresa participante; ou **(C)** apresentação do contrato de prestação de serviços.

**7.5.5.3.2** - Para os trabalhadores que realizarão o serviço de alpinismo e/ou uso de cadeiras suspensas (balancins), deverão ser apresentados os respectivos certificados de treinamento e capacitação para execução de trabalhos em altura, especificamente treinamento para trabalhos de alpinismo e/ou procedimentos para o uso seguro de balancins, contemplando, no mínimo, o conteúdo programático exigido pelo item 35.3.2 da NR-35, atentando também, caso necessário, para os treinamentos periódicos bienais previstos nos itens 35.3.3 e 35.3.3.1 da NR-35 (item 35.3.1 da NR-35).

## VIII – FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

**8.1** - Para a contratação em tela foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de dispensa de licitação, pregões e contratações públicas através do site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br> e do Sistema de Gestão Administrativa no âmbito do Ministério Público Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias e procedimentos que melhor atendam às necessidades da Administração.

**8.2** - Em todos os processos pesquisados, a solução utilizada foi a contratação de empresa especializada para os serviços de limpeza de **994,60 m<sup>2</sup>** de pele de vidro (somente face externa), **18,84 m<sup>2</sup>** de placas de ACM e aplicação em **100 m** de silicone em algumas janelas do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco, com fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários.

**8.3** - Durante a fase de pesquisa de preços junto à Administração Pública, observou-se que a modalidade de licitação utilizada é o **Pregão Eletrônico**, que tem como tipo o menor preço, por se tratar de objeto comum onde as especificações e padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos, conforme se depreende da leitura da alínea "a" do inciso XIII do caput do art. 6º da Lei 14.133/2021, conjugada com o artigo 29, parágrafo único, da mesma lei:

"(...)

*XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;*

"(...)"

"Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o [art. 17 desta Lei](#), adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado." **grifo nosso.**

**8.4** - Para análise da exclusividade ou não da licitação para microempresas e/ou empresas de pequeno porte, a administração deve fazer a leitura e análise conjugada dos artigos 46, 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/06, conforme segue:

- Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (LC 123/06, Art 48, I);
- Não se aplica o tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte quando:

- não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
- o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
- a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 75 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

**8.5** - Considerando que o valor estimado da presente contratação está abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a presente licitação será exclusiva para ME/EPP.

**8.6** - Assim, a solução passa pela contratação de empresa, através da modalidade **"Pregão Eletrônico exclusivo para ME/EPP"**, para os serviços de limpeza de **994,60 m<sup>2</sup>** de pele de vidro (somente face externa), **18,84 m<sup>2</sup>** de placas de ACM e aplicação em **100 m** de silicone em algumas janelas do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco, com fornecimento de peças e/ou materiais necessários.

**8.7** - O modo de disputa escolhido, para ser utilizado no Pregão Eletrônico, será o **"aberto/fechado"**, devido à experiência de sucesso nas licitações realizadas pela PRPE.

## IX – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

**9.1** - O objeto da contratação são os serviços de limpeza de **994,60 m<sup>2</sup>** de pele de vidro (somente face externa), **18,84 m<sup>2</sup>** de placas de ACM e aplicação em **100 m** de silicone em algumas janelas do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco, com fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários.

**9.2** - Ademais, por oportuno, segue abaixo o que a legislação e os órgãos de controle dispõem sobre o tema.

Art. 40, da Lei nº 14.133/2021, dispõe:

*"V - atendimento aos princípios:*

*[ ];*

*b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;*

*[ ];*

*§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:*

*I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;*

*II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e*

*III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.*

*§ 3º O parcelamento não será adotado quando:*

*I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;*

*II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;*

*III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo."*

Súmula nº 247 TCU, dispõe:

*"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."*

**9.3** - A regra a ser observada pela Administração nas licitações é pelo atendimento ao princípio do parcelamento do objeto, conforme disposto acima, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega.

**9.4** - O objeto deste Estudo permite sua divisão, porém o parcelamento poderia implicar numa complexa e desnecessária demanda para o fiscal do contrato, uma vez que os serviços deixariam de apresentar um padrão de qualidade, gerando, inclusive, ingerência entre diversas empresas, caso o objeto fosse dividido em lotes independentes. Além disso, a contratação sem parcelamento, de que trata o objeto, permite à Administração uma maior economia com ganho de escala, haja vista que as empresas participantes poderão vir a ofertar preços mais competitivos, sem restringir a competitividade. Ademais, como a prestação do serviço objeto da contratação é feito pelas empresas de mesmo ramo, ao parcelar, não haveria ampliação na competitividade.

**9.5** - Assim, conforme entendimento do TCU, para o caso em tela, o parcelamento não é uma solução viável. A contratação de que trata o objeto, por meio de preço global, permite à Administração uma maior economia com ganho de escala, pois, conforme citado acima, as empresas poderão vir a ofertar preços mais competitivos, sem restringir a competitividade.

**9.6** - Dessa forma, os itens deverão ser agrupados em **LOTE ÚNICO** por terem grande similaridade nas características e especificações, cuja execução em conjunto trará significativa redução de preço, comparando-se com a realização dos serviços em separado, por fornecedores diferentes. Portanto, o objeto deverá ser prestado sem parcelamento, por uma única empresa, que se responsabilizará por todos os serviços e os riscos inerentes ao contrato.

## X – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

**10.1** - Os resultados almejados consistem em atender a demanda do Núcleo de Manutenção e Serviços Gerais da PRPE de forma célere e eficiente, além de:

- **Promover a manutenção da estética e conservação da fachada:** A limpeza profissional remove sujidades, poeira, fuligem e manchas que podem comprometer a aparência do edifício. Isso preserva a transparência e o brilho dos vidros, garantindo um visual mais limpo e profissional. A aplicação de silicone garantirá a vedação das janelas, de modo a evitar infiltrações.
- **Aumento da vida útil da pele de vidro:** A remoção adequada de resíduos evita o acúmulo de sujeira corrosiva, como poluentes atmosféricos e calcário da chuva, que podem desgastar ou danificar a estrutura ao longo do tempo.
- **Melhoria da imagem Institucional:** Um edifício limpo e bem cuidado transmite profissionalismo e organização, reforçando a credibilidade e a boa reputação do órgão público perante servidores, cidadãos e visitantes.
- **Otimização de Recursos Públicos:** A terceirização da limpeza e aplicação de silicone em altura reduz custos operacionais com equipamentos, treinamentos e mão de obra própria, além de minimizar gastos futuros com manutenção corretiva decorrente da falta de limpeza adequada.
- **Ambiente Mais Agradável e Funcional:** Vidros limpos proporcionam maior entrada de luz natural, melhorando a iluminação interna e contribuindo para um ambiente de trabalho mais confortável e produtivo.

## XI – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

**11.1** - Não são necessárias adequações e/ou modificações no ambiente do órgão previamente à contratação.

## XII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

**12.1** - Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda. A PRPE já conta com contrato de Revalidação dos Pontos de Ancoragem.

## XIII – IMPACTOS AMBIENTAIS

**13.1** - Entre os impactos ambientais do objeto, pode-se listar os seguintes:

**13.1.1 - Consumo de Água**

- A lavagem de grandes áreas envidraçadas pode exigir um alto volume de água, principalmente se não forem usadas técnicas eficientes, como equipamentos de alta pressão ou métodos a seco.
- O desperdício de água pode agravar a escassez hídrica em determinadas regiões.

**13.1.2 - Uso de Produtos Químicos**

- Detergentes e outros produtos de limpeza, bem como silicone, podem conter substâncias químicas nocivas ao meio ambiente, como fosfatos, amoníacos e ácidos.
- Se não forem biodegradáveis, esses produtos podem contaminar corpos d'água e solos ao serem descartados inadequadamente.

**13.1.3 - Geração de Resíduos**

- Algumas técnicas de limpeza podem gerar resíduos sólidos, como panos, esponjas e embalagens plásticas de produtos químicos.
- A destinação inadequada desses materiais contribui para a poluição ambiental.

**13.1.4 - Poluição do Ar**

- Certos produtos de limpeza contêm compostos orgânicos voláteis (VOCs), que podem evaporar e contribuir para a poluição do ar e problemas respiratórios em seres humanos.

**13.1.5 - Contaminação do Solo e da Água**

- O descarte inadequado da água suja contendo resíduos químicos pode levar à contaminação de solos e lençóis freáticos.
- Se a água utilizada não for tratada antes do descarte, pode afetar a fauna e a flora aquática.

**13.2** - Conforme o Guia de Contratações Sustentáveis do MPF, tem-se como providências recomendadas para minimizar os impactos ambientais relacionados aos serviços:

- Utilizar produtos de limpeza menos ofensivos;
- Optar por materiais recicláveis ou processos de produção *eco-friendly* pode não apenas ser benéfico para o ambiente, mas também positivo para a imagem da marca;
- Realizar a coleta de resíduos provenientes da instalação e desinstalação dos adesivos;
- Efetuar o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão;
- Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.

**13.3** - As medidas mitigatórias relacionadas ao processo de descarte são:

- Estabelecer como escopo da contratação a obrigatoriedade de se realizar o descarte ambientalmente correto dos materiais e/ou produtos de limpeza.
- Fiscalizar o processo de descarte que será adotado pela contratada, de forma diligente.
- Prezar, durante a fiscalização do serviço, pelo uso racional da água.
- Fiscalizar os produtos químicos de limpeza utilizados pela contratada, exigindo sempre produtos biodegradáveis.

**13.4** - A CONTRATADA deverá ainda atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

## **XIV – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O presente estudo técnico preliminar evidenciou que a contratação de empresa especializada para os serviços de limpeza de **994,60 m<sup>2</sup>** de pele de vidro (somente face externa), **18,84 m<sup>2</sup>** de placas de ACM e aplicação em **100 m** de silicone em algumas janelas do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco, com fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários **é viável** do ponto de vista técnico e econômico, e contribuirá para o atingimento dos objetivos estratégicos do Ministério Público Federal, desde que sejam adotadas as premissas descritas neste documento.



Recife, 25 de fevereiro de 2025.

**MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

**FLÁVIO KOJI HIRAMINE**  
NMSG/PRPE - SETOR DEMANDANTE

**FÁTIMA BATISTA DA COSTA SILVA**  
SETOR CONSULTIVO - DEA/PRPE

**RUBINALDO CABRAL SARAIVA**  
CA/PRPE

**IZAHILTON MENDES GUIA JÚNIOR**  
DICGC/PRPE

**MARCOS AMORIM DE MORAIS**  
DEOF/PRPE

**ALCIONE MARTINS DA SILVA**  
COORDENADORA DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO/PRPE

**XV – APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE**

APROVO O PRESENTE ETP E ESTABELEÇO O PRAZO DE 10 DIAS COMO LIMITE PARA CONFEÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA ÁREA DEMANDANTE, COM APOIO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO (ART. 27, IN Nº 05/2017/MPDG).

**PATRÍCIA GONÇALVES ALMEIDA TESCH**  
SECRETÁRIA ESTADUAL/PRPE



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-PE-00012024/2025 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 5-2025**

.....  
Signatário(a): **ALCIONE MARTINS DA SILVA**

Data e Hora: **26/02/2025 19:23:36**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **FLAVIO KOJI HIRAMINE**

Data e Hora: **26/02/2025 20:11:50**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **RUBINALDO CABRAL SARAIVA**

Data e Hora: **26/02/2025 21:40:55**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **MARCOS AMORIM DE MORAIS**

Data e Hora: **27/02/2025 11:07:56**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **IZAHILTON MENDES GUIA JUNIOR**

Data e Hora: **27/02/2025 13:26:29**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **PATRICIA GONCALVES ALMEIDA TESCH**

Data e Hora: **27/02/2025 14:14:11**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **FATIMA BATISTA DA COSTA SILVA**

Data e Hora: **27/02/2025 14:28:28**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 27055e63.67d5aae5.67abb7a9.f6448775

## QUADRO DE ÁREAS - PELE-DE-VIDRO

### Área 1 - Prédio Principal

Comp. = 49,25m

Altura = 11,20m

**Área = 551,60m<sup>2</sup>**

### Área 2 - Biblioteca

Comp. = 14,00m

Altura = 2,50m

**Área = 35,00m<sup>2</sup>**

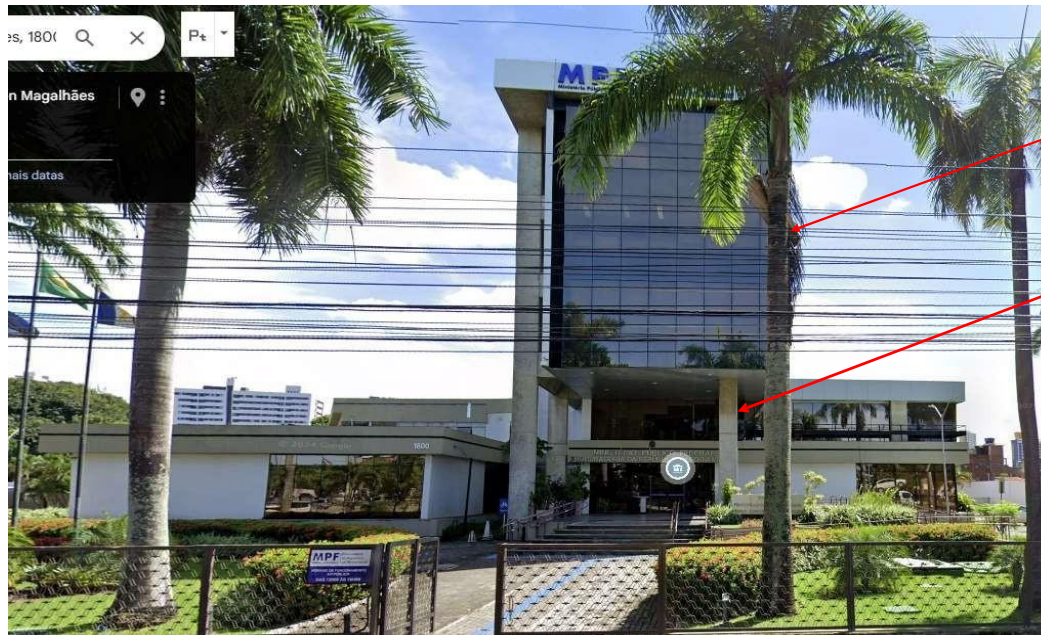
### Área 4 - Lateral da Biblioteca

Comp. = 10,85m

Altura = 2,50m

**Área = 27,12m<sup>2</sup>**





**Área 6 - Prédio Principal**

Comp. = 8,85m

Altura = 11,20m

**Área = 99,12m<sup>2</sup>**

**Área 7 - Biblioteca e ADM**

Comp. = 19,60m

Altura = 2,50m

**Área = 49,00m<sup>2</sup>**

Área 10 - Duas Faixas Verticais de Janela,  
entre o Poço de Elevador

Comp. = 0,60m  
Altura = 22,25m x 2  
**Área = 26,70 m<sup>2</sup>**



Área 11 - Faixa Vertical de Janela

Comp. = 0,60m  
Altura = 22,25m + 6,20m  
**Área = 17,07 m<sup>2</sup>**

**Área 17 - Janelas Mezanino**

Comp. = 14,00m

Altura = 1,55m

**Área = 21,70 m<sup>2</sup>**

**Área 18 - Janelas Baixas**

Comp. = 3,85m + 3,05m

Altura = 1,55m

**Área = 10,70 m<sup>2</sup>**

**Área 19 - Janelas Altas**

Comp. = 1,50m + 3,00m

Altura = 0,50m

**Área = 2,25 m<sup>2</sup>**



**Área 20 - Janelas Altas  
perto da mangueira**

Comp. = 1,50m + 3,00m

Altura = 0,50m

**Área = 2,25 m<sup>2</sup>**





**Área 23- Janelas Odonto e Planassiste**

Comp. = 5,65m + 5,65m

Altura = 1,55m

**Área = 17,51 m<sup>2</sup>**



**Área 22 - Duas Faixas Verticais de Janela**

Comp. = 0,60m

Altura = 22,25 + 6,20 + 22,25m

**Área = 30,42 m<sup>2</sup>**

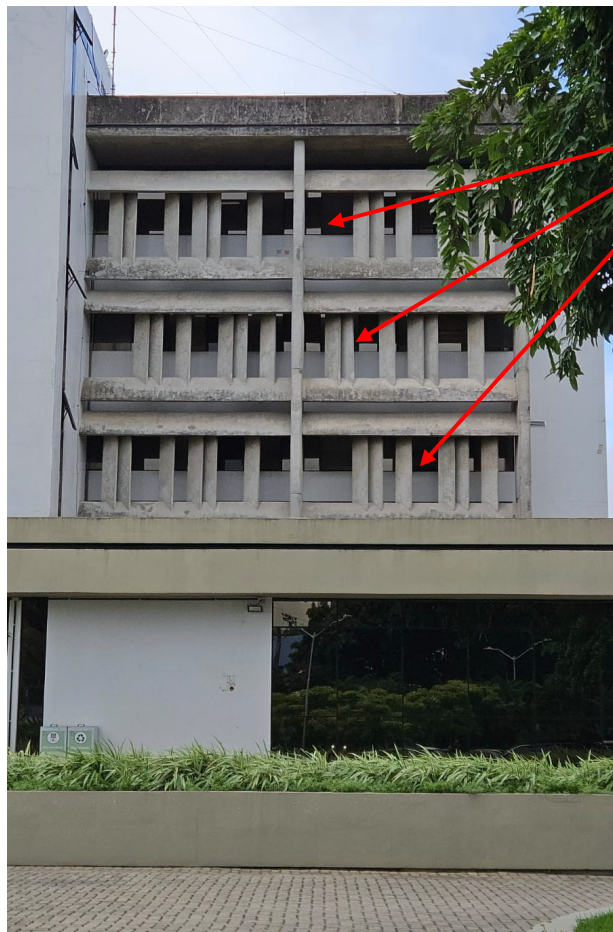
Área 26 - Janelas nos três andares (corredor esquerdo)

Comp. = 9,85m

Altura = 1,60m

Área =  $15,76 \times 3 = 47,28 \text{ m}^2$





Área 27 - Janelas nos três  
andares (corredor direito)  
Comp. = 11,85m  
Altura = 1,60m  
**Área = 18,96 x 3 = 56,88 m<sup>2</sup>**

## RELATÓRIO DA PESQUISA DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO

### 1 – DO OBJETO

O presente relatório trata da pesquisa de preços empreendida para ***contratação de empresa especializada para os serviços de limpeza de 994,60 m<sup>2</sup> de pele de vidro (somente face externa), 18,84 m<sup>2</sup> de placas de ACM e aplicação em 100 m de silicone em algumas janelas do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco, com fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários***, conforme justificativas e especificação detalhada no Termo de Referência, constante dos autos do PGEA nº **1.26.000.000278/2025-81**.

### 2 – RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA

A pesquisa foi realizada pela Equipe de Planejamento e Contratações da PRPE com base nos parâmetros definidos na Lei nº 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023, conforme discriminado na planilha e cotações anexas e aspectos relacionados a seguir:

### 3 – CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS

A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado foi realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

( ) Pesquisa em fontes de preços públicos, de contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

( ) Pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal, ou sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo a data e a hora de acesso, com validade de até seis meses, para divulgação do edital, devendo ser atualizados, caso a publicação seja em prazo superior;

(X) Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de e-mail, com validade de até seis meses, para divulgação do edital, devendo ser atualizados, caso a publicação seja em prazo superior;

( ) Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, com validade de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, contada da data da emissão da nota fiscal.

**3.1 - Justificativa para a ausência de fontes de preços públicos, conforme o § 1º, Art. 5º da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023:**

Não foram pesquisados preços públicos, pois, ao elaborar o preço para o objeto da contratação em questão, é fundamental considerar aspectos que variam de um contrato para outro. Assim, não é apropriado utilizar preços de órgãos cujas características arquitetônicas e dimensionais não são semelhantes às do edifício da PRPE, além dos requisitos técnicos e de habilitação necessários para a execução do serviço, conforme estipulado no Termo de Referência. Portanto, optou-se por consultar apenas preços de empresas especializadas, garantindo que todos os requisitos técnicos, de habilitação e as características do edifício-sede da PRPE fossem devidamente considerados.

**3.2 - Justificativa para a escolha dos fornecedores, conforme o Art. 5º, inciso IV, da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023:**

Foram consultadas inicialmente **18 (dezoito)** empresas especializadas nos seguintes e-mails: [alexandrealexandrefilhoconstru@gmail.com](mailto:alexandrealexandrefilhoconstru@gmail.com); [pedro@bandeirantesonline.com.br](mailto:pedro@bandeirantesonline.com.br); [climbingservice@outlook.com](mailto:climbingservice@outlook.com); [contato@grupoconceptos.com.br](mailto:contato@grupoconceptos.com.br); [contatodnlconsultoria@gmail.com](mailto:contatodnlconsultoria@gmail.com); [elohimconstrucoesme@gmail.com](mailto:elohimconstrucoesme@gmail.com); [FABRICADIGITALJP@gmail.com](mailto:FABRICADIGITALJP@gmail.com); [izidoroservicos@gmail.com](mailto:izidoroservicos@gmail.com); [denise@hawkservice.com.br](mailto:denise@hawkservice.com.br); [eng.iconconstrucoes@gmail.com](mailto:eng.iconconstrucoes@gmail.com); [irmaosvitrine@hotmail.com](mailto:irmaosvitrine@hotmail.com); [adm@luzengenharia.arq.br](mailto:adm@luzengenharia.arq.br); [comercial@multifuncionalservicos.com.br](mailto:comercial@multifuncionalservicos.com.br); [jarbas@pontoalto.net](mailto:jarbas@pontoalto.net); [sccleansolution@gmail.com](mailto:sccleansolution@gmail.com); [silvaepinho.pintura@terra.com.br](mailto:silvaepinho.pintura@terra.com.br); [humberto@vidrolimpo.com](mailto:humberto@vidrolimpo.com) e [comercial@m2midiaexterior.com.br](mailto:comercial@m2midiaexterior.com.br). Porém apenas **03 (três)** empresas enviaram orçamento: **Silva & Pinho Pinturas** CNPJ: 12.638.684/0001-30; **Vidro Limpo** CNPJ: 51.634.057/0001-83 e **Fábrica Digital** CNPJ: 21.595.187/0001-93.

Após análise das 03 (três) propostas enviadas, a Equipe de Planejamento observou que havia divergências entre os quantitativos fornecidos pela Divisão de Engenharia do que será efetivamente realizado e os quantitativos citados nas referidas propostas. Desta forma, foi realizado novo contato com as mesmas 03 empresas, solicitando considerar os quantitativos e serviços previstos no ETP. As propostas atualizadas bem como as primeiras propostas seguem anexas a este Relatório.

Todos os fornecedores foram informados das características da contratação definidas pelo setor demandante, com vistas a melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado. Para a escolha dos fornecedores, a área requisitante realizou levantamento no ramo de atividade do objeto a ser adquirido, com base nos seguintes critérios: atendimento aos requisitos da contratação, empresas consolidadas no mercado local, fornecedores que já foram contratados por outros entes públicos em períodos anteriores e empresas que trabalham com nota de empenho. As propostas formais constam no anexo deste relatório, englobam todos os custos para fornecimento da solução requerida, como tributos e fretes, e contém os seguintes requisitos mínimos: descrição do objeto, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro

Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente, endereços físico e eletrônico, telefone de contato, data de emissão, nome completo e identificação do responsável.

#### **4 – SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS E A MEMÓRIA DE CÁLCULO**

Os preços coletados, bem como a memória de cálculo (MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS), constam nos ANEXOS I e II deste relatório, respectivamente.

#### **5 – MÉTODO ESTATÍSTICO APLICADO PARA A DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO** (inc. V, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

Nos termos do art. 6º da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023, foi utilizado, como método para obtenção do preço estimado, a média aritmética ou a mediana dos valores obtidos válidos na pesquisa de preços, considerando a seguinte fórmula:

Se  $CV > 25\%$  considerar preço de referência o valor da Mediana.

Se  $CV < 25\%$  considerar preço de referência o valor da Média.

CV = Coeficiente de Variação.

**Média Aritmética:** Soma de todos os valores e orçamentos, dividido pelo número de elementos. Utilizada para uma cesta de preços homogênea, ou seja, com coeficiente de variação inferior a 25%.

**Mediana:** Valor central de um conjunto de números colocados por ordem de grandeza. Trata-se do número que se encontra exatamente no centro. Utilizada quando a cesta de preços é pouco homogênea, ou seja, quando o coeficiente de variação é superior a 25%.

No cálculo final foram obtidos no mínimo 3 (três) preços para cada item, oriundos de um ou mais parâmetros de que trata o art. 5º da Portaria retro citada.

#### **6 - JUSTIFICATIVAS PARA A METODOLOGIA UTILIZADA, EM ESPECIAL PARA A DESCONSIDERAÇÃO DE VALORES INCONSISTENTES, INEXEQUÍVEIS OU EXCESSIVAMENTE ELEVADOS, SE APLICÁVEL** (inc. VI, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

Os preços coletados foram submetidos à análise estatística, de forma objetiva, sendo desconsiderados possíveis valores inconsistentes, inexecutáveis ou excessivamente elevados, conforme consta no MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS, anexo a este relatório.

Recife, 25 de fevereiro de 2025.



MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS												
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	FONTE 1	FONTE 2	FONTE 3	Menor preço	Média	Mediana	Coeficiente de Variação (CV)	Valor Unitário Máximo Admissível	Valor Total
				EMPRESA: Silva & Pinho Pinturas CNPJ: 12.638.684/0001-30 (Inc. IV, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	EMPRESA: Vidro Limpo CNPJ: 51.634.057/0001-83 (Inc. IV, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	EMPRESA: Fábrica Digital CNPJ: 21.595.187/0001-93 (Inc. IV, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)						
01	serviços de limpeza de <b>994,60 m²</b> de pele de vidro (somente face externa), <b>18,84 m²</b> de placas de ACM e aplicação em <b>100 m</b> de silicone em algumas janelas do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco, com fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários	UND	1	R\$ 110.363,00	R\$ 43.002,92	R\$ 74.791,87	R\$ 43.002,92	76.052,59	<b>R\$ 74.791,87</b>	44,3%	R\$ 74.791,87	R\$ 74.791,87
FÓRMULAS												
Média		Mediana					Coeficiente de variação	Desvio Padrão				
Soma de todos os valores e orçamentos, dividido pelo número de elementos. Utilizada para um cesta de preços homogênea, ou seja, com coeficiente de variação inferior à 25%		Valor central de um conjunto de números colocados por ordem de grandeza. Trata-se do número que se encontra exatamente no centro. Utilizada quando a cesta de preços é pouco homogênea, ou seja, quando o coeficiente de variação é superior à 25%					DP/M	$s = \sqrt{\frac{\sum (x_i - \bar{x})^2}{n - 1}}$				
Precificação baseada no disposto na Lei nº 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU nº 100/2023.												

## **MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

### **I - DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada em serviços de limpeza de pele de vidro, placas ACM e aplicação de silicone na sede da Procuradoria da República em Pernambuco, conforme justificativas e especificação detalhada no Termo de Referência, constante dos autos do PGEA nº 1.26.000.000278/2025-81.

### **II - DO OBJETIVO**

O gerenciamento de riscos permite identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação.

### **III - DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS**

#### **1. Escala de Probabilidade:**

<b>Descritor</b>	<b>Descrição</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Nível</b>
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	Até 5	1
Baixa	Evento casual e inesperado, sem histórico de ocorrência.	> 5 até 10	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	> 10 até 15	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	> 15 até 20	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	> 20	5

#### **2. Escala de Impacto:**

<b>Descritor</b>	<b>Descrição</b>	<b>Nível</b>
Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3
Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

### 3. Escala de Classificação de Risco

NÍVEL DE RISCO (= P X I)			
BAIXO	MÉDIO	ALTO	EXTREMO
1 – 2	3 – 6	8 – 12	15 – 25

NÍVEL DO RISCO	PRIORIZAÇÃO E TRATAMENTO DO RISCO
EXTREMO	Nível de risco muito além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado à alta administração e ter uma resposta imediata. Postergação de medidas só com autorização do dirigente máximo da Unidade.
ALTO	Nível de risco além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado à alta administração e ter uma ação tomada em período determinado. Postergação de medidas só com autorização do Secretário da Unidade.
MÉDIO	Nível de risco dentro do apetite a risco. Geralmente nenhuma medida especial é necessária, porém requer atividades de monitoramento específicas e atenção da gerência na manutenção preventiva e de contingência para manter o risco nesse nível, ou reduzi-lo sem custos adicionais.
BAIXO	Nível de risco dentro do apetite a risco, onde há possíveis oportunidades de maior retorno que podem ser exploradas assumindo-se mais riscos, avaliando a relação custos x benefícios, se autorizado pelo Secretário da Unidade.

### 4. Matriz de Riscos

		PROBABILIDADE				
		(1) Muito Baixa	(2) Baixa	(3) Média	(4) Alta	(5) Muito Alta
IMPACTO	5 - Muito Alto	5	10	15	20	25
	4 - Alto	4	8	12	16	20
	3 - Médio	3	6	9	12	15
	2 - Baixo	2	4	6	8	10
	1 - Muito Baixo	1	2	3	4	5

## IV - DA AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

RISCO 01	Risco:	FALHA NA ANÁLISE DA NECESSIDADE E NO LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO DISPONÍVEIS
	Possíveis causas:	Falta de identificação da real necessidade da Administração; Desconhecimento das soluções disponíveis no mercado.
	Probabilidade:	Baixa (2)
	Impacto:	Alto (4)

	<b>Dano 1:</b>	Não atendimento da necessidade que originou a contratação.	
	<b>Dano 2:</b>	Adoção de tipo de solução obsoleta.	
	<b>Dano 3:</b>	Restrição indevida e/ou ilegal da competição.	
	<b>Dano 4:</b>	Atraso na divulgação das campanhas institucionais do MPF	
	<b>Tratamento:</b>	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)	
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	1	Incluir na Equipe de Planejamento o Gestor e o Fiscal do atual contrato.	Autoridade Competente do Órgão
	2	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos e no mercado em geral.	Equipe de Planejamento da Contratação
	3	Descrição clara e objetiva da necessidade da contratação.	Setor Demandante
	4	Descrição clara e objetiva das demandas a serem desenvolvidas.	Setor Demandante
	5	Criar os possíveis cenários para diferentes soluções de contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação
	6	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
	1	Cancelar certame e planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas (ETP).	Autoridade Competente do Órgão / Equipe de Planejamento da Contratação

<b>RISCO 02</b>	<b>Risco:</b>	<b>FALHA NA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA (O OBJETO NÃO É CLARAMENTE DEFINIDO).</b>	
	<b>Possíveis causas:</b>	Falta de conhecimento do objeto; Falta do apoio técnico do órgão nas especificações do objeto; falta de capacitação para os servidores envolvidos.	
	<b>Probabilidade:</b>	Baixa (2)	
	<b>Impacto:</b>	Alto (4)	
	<b>Dano 1:</b>	O objeto contratado não atenderá a todas as demandas da unidade, acarretando a insatisfação dos usuários e prejuízos ao órgão.	
	<b>Dano 2:</b>	Atraso na divulgação das campanhas institucionais do MPF	
	<b>Tratamento:</b>	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)	
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	1	Participação da área demandante durante o processo de definição dos requisitos da contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Descrição clara e objetiva do objeto da contratação.	Setor Demandante
	3	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
	1	Cancelar a contratação e reelaborar Termo de Referência (TR).	Autoridade Competente do Órgão / Setor Demandante

<b>RISCO 03</b>	<b>Risco:</b>	<b>FALHA NA PESQUISA DE MERCADO (PREÇO INEXEQUÍVEL OU SUPERESTIMADO).</b>	
	<b>Probabilidade:</b>	Baixa (2)	
	<b>Impacto:</b>	Médio (3)	
	<b>Possíveis Causas:</b>	Utilização de parâmetro inadequado no levantamento da pesquisa de mercado.	
	<b>Dano 1:</b>	Prejuízos ao erário, levando a contratações superfaturadas	
	<b>Dano 2:</b>	Frustração da licitação, gerando gastos processuais elevados e atraso no início da execução do objeto.	
	<b>Tratamento:</b>	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)	
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	1	Realizar ampla pesquisa de preço obedecendo a norma específica para tal fim.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Verificar quais os instrumentos necessários para realizar a pesquisa de preço.	Equipe de Planejamento da Contratação
	3	Considerar custos com frete e instalação quando for o caso.	Equipe de Planejamento da Contratação
	4	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>

1	No caso de preço elevado, deve o Agente da Contratação negociar a redução dos valores propostos, tendo como parâmetro os valores do contrato atual.	SLDE
2	Cancelamento da contratação para reelaboração da pesquisa de preço.	Autoridade Competente do Órgão / Setor Demandante

<b>RISCO 04</b>	<b>Risco:</b>	<b>ATRASO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO.</b>	
	<b>Probabilidade:</b>	Baixa (2)	
	<b>Impacto:</b>	Média (3)	
	<b>Possíveis Causas:</b>	Falha nos processos de planejamento da contratação; falha na comunicação entre os setores da unidade; falta de capacitação para os servidores envolvidos.	
	<b>Dano 1:</b>	Atraso no início da execução do objeto e na divulgação das campanhas institucionais do MPF	
	<b>Tratamento:</b>	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	1	Elaborar e seguir rigorosamente o Calendário Anual de Contratações.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Celeridade e eficiência na elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do Termo de Referência, que permitam uma contratação com critérios objetivos.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante
	3	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
<b>RISCO 05</b>	4	Manter uma comunicação ativa entre os componentes da equipe de planejamento e realizar reuniões periódicas para resolver as demandas envolvidas.	CODAM
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
	1	Alocação integral da Equipe de Planejamento da Contratação na condução do processo de aquisição.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Celeridade na contratação e no processo de homologação.	SLDE/ASSJUR
	<b>Risco:</b>	<b>BAIXO NÚMERO DE EMPRESAS PARTICIPANDO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO.</b>	
	<b>Probabilidade:</b>	Média (3)	
	<b>Impacto:</b>	Médio (3)	
	<b>Possíveis Causas:</b>	Número reduzido de empresas habilitadas na região; Não é dada ampla publicidade ao aviso de dispensa; Excessivo número de critérios de habilitação, incompatíveis com o mercado.	
	<b>Dano 1:</b>	Dispensa deserta e/ou fracassada e atraso no início da prestação dos serviços.	
	<b>Tratamento:</b>	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
<b>RISCO 06</b>	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com as exigências do mercado, realizando pesquisa de mercado na fase do ETP.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante
	2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Setor Demandante / Área Técnica
	3	Iniciar o processo de contratação com antecedência, considerando o prazo para repetição da dispensa, caso esta venha a ser fracassada.	CODAM
	4	Dar ampla publicidade ao aviso de dispensa de licitação.	SLDE
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
<b>RISCO 07</b>	1	Em caso de dispensa deserta ou fracassada, repeti-la alterando os critérios de habilitação ou qualquer outro que tenha dado causa à frustração do certame. Pode também fazer a contratação diretamente com a empresa que ofertou o menor preço no momento da pesquisa de mercado ou ainda fixar prazo para que os fornecedores participantes da dispensa possam adequar a sua proposta ou a sua habilitação.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante
	<b>Risco:</b>	<b>FALHA NA SELEÇÃO DE FORNECEDORES NO QUE DIZ RESPEITO À ANÁLISE DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.</b>	
	<b>Probabilidade:</b>	Baixa (2)	
	<b>Impacto:</b>	Alto (4)	
	<b>Possíveis Causas:</b>	Falhas na descrição do objeto / serviços; Insuficiência dos critérios de habilitação	
	<b>Dano 1:</b>	Insucesso nos resultados pretendidos, podendo gerar prejuízos ao órgão.	
	<b>Dano 2:</b>	Atraso na contratação.	
	<b>Tratamento:</b>	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	

	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante / Área Técnica
	2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Setor Demandante / Área Técnica
	3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	4	Análise minuciosa da documentação de habilitação referente à qualificação técnico-operacional do licitante.	SLDE Setor Demandante/Área Técnica
	5	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
	1	Planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas, para substituir o serviço contratado.	CODAM

<b>RISCO 07</b>	<b>Risco:</b>	<b>INCAPACIDADE TOTAL OU PARCIAL DA EMPRESA EM ENTREGAR O OBJETO (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NÃO ESPECIALIZADA).</b>	
	<b>Probabilidade:</b>	Baixa (2)	
	<b>Impacto:</b>	Muito Alto (5)	
	<b>Possíveis Causas:</b>	Insuficiência dos critérios de habilitação	
	<b>Dano 1:</b>	Insucesso nos resultados pretendidos, podendo gerar prejuízos ao órgão.	
	<b>Tratamento:</b>	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica.	Setor Demandante / Área Técnica
	2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Setor Demandante / Área Técnica
	3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	4	Análise minuciosa da documentação de habilitação referente à qualificação técnico-operacional do licitante.	SLDE Setor Demandante/Área Técnica
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
	2	Planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas, para substituir o serviço contratado.	CODAM

<b>RISCO 08</b>	<b>Risco:</b>	<b>FALHAS NA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.</b>	
	<b>Probabilidade:</b>	Baixa (2)	
	<b>Impacto:</b>	Muito Alto (5)	
	<b>Possíveis Causas:</b>	Falta de treinamento para os servidores na área de fiscalização de contratos; número insuficiente de servidores trabalhando na área administrativa do órgão.	
	<b>Dano 1:</b>	Descumprimento das cláusulas contratuais que possam comprometer os objetivos da contratação e trazer prejuízos irreparáveis ao órgão; descontinuidade dos serviços.	
	<b>Tratamento:</b>	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	1	Realizar ou disponibilizar eventos de capacitação periodicamente para os servidores envolvidos na fiscalização de contratos.	Alta Administração / CGP
	2	Realizar Gestão por Competências, alocando, para cada cargo, os servidores que disponham das competências e aptidões necessárias para tanto.	Alta Administração / CGP
	3	Designar, sempre que possível, servidor da área técnica/demandante, para atuar na fiscalização do contrato.	CODAM
	4	Elaborar, sempre que possível, listas de verificação para auxílio dos fiscais nos contratos mais complexos.	Setor demandante
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
	1	Substituição do fiscal do contrato.	CODAM
	2	Caso seja verificado descumprimento a alguma cláusula contratual, deve-se aplicar as devidas penalidades e/ou glosas, caso necessário.	DICGC



	3	Em caso de interrupção dos serviços, tendo em vista que a contratação compreende três itens a serem entregues em junho e novembro/2024, realizar contratações emergenciais.	DICGC / SLDE
--	---	---	--------------

## V – DA CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

Id	Risco	Relacionado ao(à):	P	I	Nível de Risco (P x I)
R01	Falha na análise da necessidade e no levantamento das soluções de mercado disponíveis	Planejamento da Contratação	2	4	8
R02	Falha na elaboração do termo de referência (o objeto não é claramente definido).	Planejamento da Contratação	2	4	8
R03	Falha na pesquisa de mercado (preço inexequível ou superestimado).	Planejamento da Contratação	2	3	6
R04	Atraso no processo administrativo de contratação.	Planejamento da Contratação	2	3	6
R05	Baixo número de empresas participando do certame.	Seleção do Fornecedor	3	3	9
R06	Falha na seleção de fornecedores no que diz respeito à análise da proposta, dos documentos de habilitação e dos recursos.	Seleção do Fornecedor	2	4	8
R07	Incapacidade total ou parcial da empresa em entregar o objeto (contratação de empresa não especializada).	Seleção do Fornecedor	2	5	10
R08	Falhas na fiscalização dos serviços.	Fiscalização Contratual	2	5	10

## VI – DA MATRIZ DOS RISCOS IDENTIFICADOS

		PROBABILIDADE				
		(1) Muito Baixa	(2) Baixa	(3) Média	(4) Alta	(5) Muito Alta
IMPACTO	5 - Muito Alto	5	10 R07 / R08	15	20	25
	4 - Alto	4	8 R01 / R02 R06	12	16	20
	3 - Médio	3	6 R03/R04	9 R05	12	15
	2 - Baixo	2	4	6	8	10
	1 - Muito Baixo	1	2	3	4	5

## VII – DA CONCLUSÃO E DAS AÇÕES PREVENTIVAS

De acordo com a Matriz de Riscos, verificamos que os riscos 01, 02, 05, 06, 07 e 08 classificam-se como de ALTO RISCO, estando acima do apetite de risco da PRPE, pois, apesar da baixa probabilidade de ocorrência, os impactos para os objetivos da contratação são de difícil recuperação, caso venham a ocorrer no caso concreto. Conhecidos estes riscos, todos os setores envolvidos com a contratação devem se comprometer com as ações preventivas determinadas neste documento e monitorar as hipóteses de ocorrência, estando atentos para a necessidade de se implementar as ações de contingência.

Cumpra informar que as ações preventivas relativas à fase de Planejamento das Contratações já foram tomadas, conforme pode ser acompanhado através do Estudo Técnico Preliminar. As ações preventivas pertinentes aos riscos envolvidos na fase de seleção do fornecedor e gestão contratual serão implementadas no tempo oportuno. É importante ressaltar ainda que o controle administrativo deve ocorrer durante todas as fases da contratação, de modo que o Mapa de Riscos possa ser alterado à medida que as etapas avançam.

Segue abaixo a referência temporal para a implementação de cada ação preventiva determinada para os riscos classificados como ALTO ou EXTREMO:

**RISCO 01:** Falha na análise da necessidade e no levantamento das soluções de mercado disponíveis.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Incluir na Equipe de Planejamento o Gestor e o Fiscal do atual contrato.	Fase de planejamento - ok
2	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos e no mercado em geral.	Fase de planejamento - ok
3	Descrição clara e objetiva da necessidade da contratação.	Fase de planejamento - ok
4	Descrição clara e objetiva das demandas a serem desenvolvidas.	Fase de planejamento - ok
5	Criar os possíveis cenários para diferentes soluções de contratação.	Fase de planejamento - ok
6	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área <sup>1</sup> .

**RISCO 02:** Falha na elaboração do termo de referência (o objeto não é claramente definido).

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Participação da área demandante durante o processo de definição dos requisitos da contratação.	Fase de planejamento - ok
2	Descrição clara e objetiva do objeto da contratação.	Fase de planejamento - ok
3	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área <sup>1</sup> .

**RISCO 05:** Baixo número de empresas participando da dispensa de licitação.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com as exigências do mercado, realizando pesquisa de mercado na fase do ETP.	Fase de planejamento - ok
2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Fase de planejamento - ok
3	Iniciar o processo de contratação com antecedência, considerando o prazo para repetição da dispensa, caso esta venha a ser fracassada.	Fase de planejamento - ok
4	Dar ampla publicidade ao aviso de dispensa de licitação.	Fase externa da Disputa.

**RISCO 06:** Falha na seleção de fornecedores no que diz respeito à análise da proposta, dos documentos de habilitação e dos recursos.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica.	Fase de planejamento - ok
2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Fase de planejamento - ok
3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Fase de planejamento - ok

4	Análise minuciosa da documentação de habilitação, fazendo uso de lista de verificação, principalmente quanto à qualificação técnico-operacional do licitante, inclusive por meio de diligência, caso se mostre necessário, para verificar a autenticidade dos documentos enviados e a comprovação de que atendem aos requisitos do edital.	Fase de seleção do fornecedor – Fase externa da Disputa.
5	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área <sup>1</sup> .

**RISCO 07:** Incapacidade total ou parcial da empresa em entregar o objeto (contratação de empresa não especializada).

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica.	Fase de planejamento - ok
2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Fase de planejamento - ok
3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Fase de planejamento - ok
4	Análise minuciosa da documentação de habilitação, fazendo uso de lista de verificação, principalmente quanto à qualificação técnico-operacional do licitante, inclusive por meio de diligência, caso se mostre necessário, para verificar a autenticidade dos documentos enviados e a comprovação de que atendem aos requisitos do edital.	Seleção do fornecedor – Fase externa da Disputa.

**RISCO 08:** FALHAS NA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Realizar ou disponibilizar eventos de capacitação periodicamente para os servidores envolvidos na fiscalização de contratos.	De acordo com o plano de capacitação anual da PRPE.
2	Realizar Gestão por Competências, alocando, para cada cargo, os servidores que disponham das competências e aptidões necessárias para tanto.	De acordo com o plano de capacitação anual da PRPE.
3	Designar, sempre que possível, servidor da área técnica/demandante para atuar na fiscalização do contrato.	Fase de planejamento - ok
4	Elaborar, sempre que possível, listas de verificação para auxílio dos fiscais nos contratos mais complexos.	Fiscalização do Contrato – Fase da gestão contratual.

<sup>1</sup>Os gestores de cada setor devem buscar atualização constante para a sua equipe, na área de sua atuação, para conhecimento das alterações na legislação, jurisprudência e da melhor doutrina.